

# Tornando a Verdade Explícita: Um Recurso Expressivo Crucial ainda que Explanatoriamente Deflacionário<sup>1</sup>

Aislan Fernandes Pereira<sup>2</sup>

UFPB

aislanfp@gmail.com

O objetivo básico desta comunicação é indicar um caminho (a ser percorrido), para uma explicitação da natureza e importância da verdade, bem como sua discussão, em torno de questões como “Qual é a relação entre verdade e justificação?” ou “Em que medida faz ainda sentido falar em verdade?”, tanto na atualidade filosófica como na antiguidade, especificamente aristotélica. Esse caminho foi construído a partir de um recorte, de uma pesquisa em andamento, em torno da noção de expressão, sob projetos filosóficos bem distintos e distantes. Um desses projetos é o *Making It Explicit (MIE)* (1994), pelo filósofo de Pittsburgh, Robert Bob Brandom (foco desta comunicação). E o outro é a Teoria Aristotélica da Explicação Científica, desenvolvida pela “escola de Campinas”, um grupo de pesquisadores aristotélicos da Unicamp, sob a orientação principal de Lucas Angioni (2014, p. 9–10).

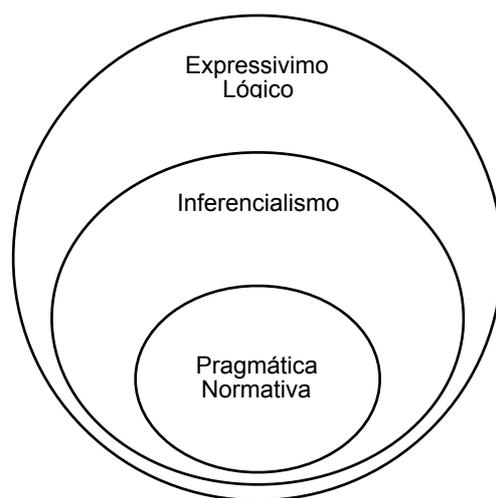
Entre 1950 e 1970, após a virada linguística, na qual predominava a análise formal lógica, e até metafísica, da linguagem, ocorre a virada pragmática (SELLARS, 2008, p. 13). Com essa última virada, passa-se a adotar a ideia de que toda linguagem é um jogo, de modo que enunciações verbais são “lances” ou “jogadas”, e o significado de uma palavra já não é mais um ente mental, um objeto denotado ou um objeto especial, como o Verdadeiro e o Falso, do “terceiro reino” de Frege, mas a ação linguística do uso (PENCO, 2006, p. 135, 137). Desse modo a expressão “jogo de linguagem” salienta que “falar uma língua é parte de uma atividade” vital (WITTGENSTEIN, 2014, p. 27). Bebendo dessa tradição pragmática, mas retomando o espírito analítico da primeira virada, Brandom (1994, 2000) sistematiza uma teoria da prática discursiva, como núcleo da prática linguística. Nessa teoria, a semântica é pensada de uma nova forma (o Inferencialismo Semântico), por conseguinte uma nova forma de pensar a lógica (o Expressivismo Lógico, foco inicial desta comunicação) (BRANDOM, 2013, p. 59). Essa lógica inferencialista, no entanto, é apenas uma linha intermediária entre as camadas de um empreendimento filosófico, bem mais amplo, desenvolvido a partir do *MIE*. Há ainda a camada da Pragmática Normativa, ao ponto de Brandom (1994, p. 83) empregar comumente a fórmula “a semântica deve responder à pragmática”.

Figura 1 – Camadas do empreendimento filosófico de Brandom.

---

<sup>1</sup> Comunicação apresentada na XXVIII Semana de Filosofia “Verdade”, Natal, 24 a 27 de abril de 2018 (UFRN).

<sup>2</sup> Mestrando do Departamento de Filosofia – Universidade Federal da Paraíba, Brasil.



Fonte: Própria.

No inferencialismo semântico, a tarefa da lógica é antes expressiva: em codificar (não em provar) as inferências implícitas (não formais) no uso do vocabulário comum não lógico. O sentido formal aqui é subsidiário e instrumental à explicitação dos compromissos inferenciais (das propriedades materiais), que governam o uso desse vocabulário não lógico (BRANDOM, 2000, p. 30). Esse papel auxiliar não implica abandonar a formalização da lógica, uma vez que Brandom (2008, p. 30) já apresenta definições e provas que articulam uma semântica de incompatibilidade, que não apela à verdade, numa lógica clássica (de dois valores) e modal. Um exemplo de compromisso inferencial é a inferência de “Campina Grande está a oeste de João Pessoa” para “João Pessoa está a leste de Campina Grande”. O que torna essa inferência correta são os conteúdos (do vocabulário comum não lógico) dos conceitos oeste e leste, os quais também fornecem o material para fundamentar, inclusive, a crença num condicional implícito. O vocabulário lógico, assim, é o recurso expressivo central para a tarefa de explicitação de conceitos (BRANDOM, 2000, p. 19). Esse vocabulário é distintivamente lógico, porque leva o conteúdo material, implícito na prática, ao controle racional, do *jogo de dar e pedir por razões*, e tornado consciente, enquanto tópico de discussão e justificação (BRANDOM, 1994, p. 106, 1988, p. 270). Esse seria o projeto original ou núcleo da filosofia, desde o seu aparecimento socrático: a ideia de racionalidade elucidatória ou expressiva (BRANDOM, 2000, p. 56, 77). **Nesse contexto, a noção de justificação depende das noções de inferência e de expressão.**

Para Frege, Russell, Wittgenstein do *Tractatus*, Tarski e Carnap, a verdade é o conceito básico, em termos do que uma teoria do significado, logo uma teoria da linguagem, deve ser desenvolvida. Nesse tipo de teoria, o aspecto essencial da linguagem é sua capacidade de representar a maneira como as coisas são. Nesse sentido, a semântica formal é o estudo das condições de verdade dos vários tipos de discurso (BRANDOM, 1976, p. 137). Nessa semântica, compromissos representacionais envolvem tradicionalmente o vocabulário técnico semântico com os termos “refere”, “denota”, “representa” (menos formal) e “é verdadeiro”, como na clássica “concepção semântica” de Tarski (““A neve é branca” é verdadeira, se, e somente se, a neve é branca”). No entanto, abordar a linguagem primariamente como uma prática social ou “forma de vida” é um desafio a quem pensa que a verdade e as condições de verdade devem jogar um papel central em nossa abordagem da linguagem (BRANDOM, 1976,

p. 139). Uma classe de abordagens teóricas da verdade, que recebe a qualificação de “deflacionária”, leva esse desafio a patamares em que os discursos da verdade são redundantes ou elimináveis. Uma das principais teorias nessa linha é a teoria prosentencial da verdade de Grover, Camp e Belnap (BRANDOM, 2002, p. 103). A teoria, contudo, proposta, pelo autor do *MIE*, toma locuções tais como “...é verdadeiro” e seus relativos como operadores formadores de proforma (*proform-forming operators*). Essa é uma teoria anafórica da verdade – é o que se *faz* quando se emprega tais locuções em *truth talk*. No caso mais simples dessa teoria, a sinalização linguística “Que é verdadeiro” é uma *prosentença*, que se relaciona com, e herda seu conteúdo de, um antecedente anafórico — por exemplo, a sinalização “A neve é branca” —, e da mesma maneira que um *pronome* tal como ‘ele’ se relaciona com e herda seu conteúdo de um antecedente anafórico — por exemplo, a sinalização “Tarski”. Anáfora é essa relação de acordo com a qual o conteúdo de uma sinalização é determinado por sua relação com outra sinalização ou classe de sinalizações: seu(s) antecedente(s) anafórico(s) (BRANDOM, 2002, p. 104).

A relação anafórica, numa teoria da verdade, amplia o poder expressivo das linguagens naturais de maneiras substanciais, sem estar restrito a usos quantificacionais, como no caso de Tarski. Desse poder expressivo, vale mencionar as capacidades, entre outras, de proteger a comunicação interpessoal através de diferenças substanciais de crença e informação entre os interlocutores, e de explicitar quem é responsável pelo o que, quando um interlocutor caracteriza as crenças do outro (BRANDOM, 2002, p. 114). Mecanismos anafóricos, na verdade, são o que possibilitam incorporar à linguagem expressões outrora irrepitíveis, paradigmaticamente demonstrativos e indexicais (“eu”, “agora”, “aqui”) (BRANDOM, 2002, p. 110, 111). Porém entendendo esse papel, tal locução é desqualificada a expressar conceitos em que se baseiam certos tipos de explanações de conteúdo proposicional em geral, isto é, *seu papel expressivo é incompatível com um papel explanatório* (BRANDOM, 2002, p. 103). Ser um deflacionista do papel explanatório, dos termos “refere” e “verdadeiro”, não é, contudo, ser um deflacionista do seu papel expressivo, o qual é essencial para dizer coisas como “Tudo que Frege disse é verdadeiro”. Esses termos expressivos, porém, não estão em princípio disponíveis como matéria prima da qual possa elaborar uma explanação dos conteúdos que herdamos (BRANDOM, 2010, p. 343). A explanação desses conteúdos, por outro lado, é o escopo da pragmática normativa, no *MIE*, especificamente de como o conteúdo conceitual se constitui, na prática discursiva, da camada anafórica à camada inferencial, e como se atualiza por meio de um modelo de pontuação deontica. **Desse modo, faz-se sentido sim falar em verdade, na medida de uma teoria semanticamente expressiva, como a da anáfora, mas não explanatória, de um modo geral.**

**Palavras-chave:** Verdade. Semântica. Pragmática.

## Referências

ANGIONI, L. (ED.). *Lógica e Ciência em Aristóteles*. Campinas: PHI, 2014.

BRANDOM, R. B. Truth and Assertibility. *The Journal of Philosophy*, v. LXXIII, n. 6, p. 137–149, 1976.

BRANDOM, R. B. Inference, Expression, and Induction (Sellarsian Themes). **Philosophical Studies**, v. 54, p. 257–285, 1988.

BRANDOM, R. B. **Making It Explicit: Reasoning, Representing, and Discursive Commitment**. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1994.

BRANDOM, R. B. **Articulating Reasons : An Introduction to Inferentialism**. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 2000.

BRANDOM, R. B. Expressive vs. Explanatory Deflationism About Truth. In: RICHARD SCHANTZ (Ed.). . **What Is Truth**. [s.l.] Walter de Gruyter, 2002. v. 1p. 103–119.

BRANDOM, R. B. **Between Saying and Doing: Towards an Analytic Pragmatism**. New York: Oxford University Press, 2008.

BRANDOM, R. B. Reply to Michael Dummett’s “Should Semantics be Deflated?” In: BERNHARD WEISS; JEREMY WANDERER (Eds.). . **Reading Brandom: on Making It Explicit**. New York: Routledge, 2010. p. 342–346.

BRANDOM, R. B. **Articulando razões: uma introdução ao inferencialismo**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2013.

PENCO, C. **Introdução à Filosofia da Linguagem**. Petrópolis: Vozes, 2006.

SELLARS, W. **Empirismo e filosofia da mente**. 1. ed. [s.l.] Vozes, 2008.

WITTGENSTEIN, L. **Investigações Filosóficas**. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.